



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE CAPÃO BONITO - 0123

[1501 a 2000 processos]

Aos 11 dias do mês de outubro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2018, divulgado em 13/7/2018 no DEJT (Edição 2517/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 301). Presentes o Juiz Titular MAURO CESAR LUNA ROSSI e o Juiz Substituto LUCIANO BRISOLA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	APIAI, CAPAO BONITO, IPORANGA, ITAPIRAPUA PAULISTA, RIBEIRAO GRANDE, RIBEIRA, ITAOCA, GUAPIARA, BURI, BARRA DO CHAPEU
Lei de Criação:	9.698/98
Data de Instalação:	02/11/1998
Data de Instalação do PJE:	25/09/2013
Data da Última Correição:	29/11/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	3 %
Acervo PJe/Acervo Total:	97 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MAURO CESAR LUNA ROSSI	23/03/2009

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
09/12/2016 a 24/09/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
08/01/2018 a 06/02/2018	FERIAS
18/01/2018 a 06/02/2018	SUSPENSAO DE FÉRIAS
23/07/2018 a 11/08/2018	FERIAS
02/08/2018 a 11/08/2018	SUSPENSAO DE FÉRIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2017 a 24/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	22/01/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FRANCISCO DUARTE CONTE	15/08/2018 a 24/09/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
25/08/2018 a 26/08/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
GUSTAVO NAVES GUIMARAES	08/01/2018 a 21/01/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LUCIANO BRISOLA	08/02/2017 a 19/12/2017
LUCIANO BRISOLA	07/02/2018 a 14/08/2018

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
BRUNA CAROLINA RENO MARTINES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	01/06/2015
DERLAN FURLAN	AJ-OJA	-	21/11/2011
FELIPE CASTRO MEGALE	AJ-OJA	-	10/04/2018
JOSE CASSIO BELFORT D ARANTES MEDEIROS	REQ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	08/04/2008
LUCILENE RODRIGUES DE QUEIROZ	REQ	FC-01 EXECUTANTE	30/06/2017
LUCINEIA RODRIGUES DE ALMEIDA LIMA	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	03/12/1998
MARCO ANTONIO DE JESUS PROENCA	TJA	FC-04 CALCULISTA	07/01/2003
MARILEIA BRAGA RODOLFO DE LIMA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	13/01/1999
MARISA WISS KUHL	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	02/05/2013
ROGERIO ADRIANO SOARES MATIAS	TJA	FC-02 ASSISTENTE	07/05/2014
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			5
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			5



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA MÉDICA/RGPS	14
LICENÇA PARA DOAÇÃO DE SANGUE	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	16
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	4
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	15
TOTAL	50



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

Não há estagiários na unidade



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
LUCIANO BRISOLA	18
MAURO CESAR LUNA ROSSI	45

SERVIDORES	HORAS
BRUNA CAROLINA RENO MARTINES	14
DERLAN FURLAN	120
FELIPE CASTRO MEGALE	250
JOSE CASSIO BELFORT D ARANTES MEDEIROS	374
LUCILENE RODRIGUES DE QUEIROZ	14
LUCINEIA RODRIGUES DE ALMEIDA LIMA	14
MARCO ANTONIO DE JESUS PROENCA	14
MARILEIA BRAGA RODOLFO DE LIMA	14
MARISA WISS KUHL	556
ROGERIO ADRIANO SOARES MATIAS	134



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	124	362	---
	Aguardando encerramento da instrução	117	449	---
	Aguardando prolação de sentença	120	106	---
	Aguardando cumprimento de acordo	223	292	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	926	1.061	---
	Pendentes de finalização	1.510	2.270	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	25	116	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	337	340	---
	Pendentes de finalização	362	456	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	521	743	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	10	80	---
	Pendentes de finalização	531	824	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	5	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	27	---
TOTAL		2.403	3.581	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	256	351	---
	Aguardando encerramento da instrução	253	332	---
	Aguardando prolação de sentença	93	76	---
	Aguardando cumprimento de acordo	250	261	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.024	675	---
	Pendentes de finalização	1.876	1.695	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	107	121	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	112	93	---
	Pendentes de finalização	219	214	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	501	583	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	6	33	---
	Pendentes de finalização	507	616	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	13	---
TOTAL		2.602	2.538	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	218	204	18
Exceções de Incompetência	20	16	5
Antecipações de Tutela	69	69	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	33	26	16
Embargos à Execução	44	60	4
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	0	0	0
TOTAIS	384	375	43

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	392	393	4
Exceções de Incompetência	62	54	3
Antecipações de Tutela	398	396	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	160	164	9
Embargos à Execução	145	123	8
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	12	11	0
TOTAIS	1.169	1.141	25



6 - RECURSOS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	528	555	4
Recurso Adesivo	96	98	0
Agravo de petição	73	87	0
Agravo de Instrumento	5	0	3
TOTAIS	702	740	7

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [08/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.035	1.031	32
Recurso Adesivo	101	97	2
Agravo de petição	164	152	14
Agravo de Instrumento	24	30	0
TOTAIS	1.324	1.310	48



7 - PRAZOS MÉDIOS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	294	76	134	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	871	156	317	---
Total / Média	1.165	136	268	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	275	93	142	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	831	197	335	---
Total / Média	1.106	171	283	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	134	32	22	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	626	55	36	---
Total / Média	760	51	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	62	50	188	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	354	123	225	---
Total / Média	416	112	219	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	18	1.776	1.066	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	20	825	819	---
Total / Média	38	1.276	1.028	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	479	71	137	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.852	134	249	---
Total / Média	2.331	121	222	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	506	64	143	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.736	150	260	---
Total / Média	2.242	131	231	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	264	10	30	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.325	33	43	---
Total / Média	1.589	29	40	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	74	75	116	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	615	117	141	---
Total / Média	689	112	136	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	192	332	1.394	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	14	484	512	---
Total / Média	206	342	1.262	---

*Do início até a extinção da execução

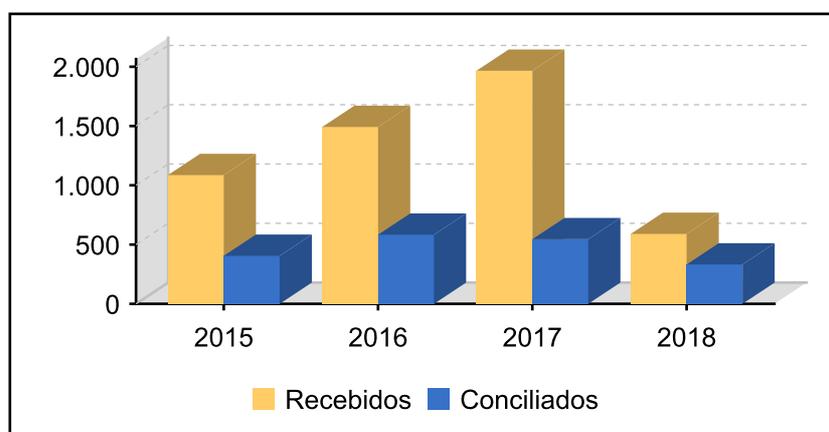


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

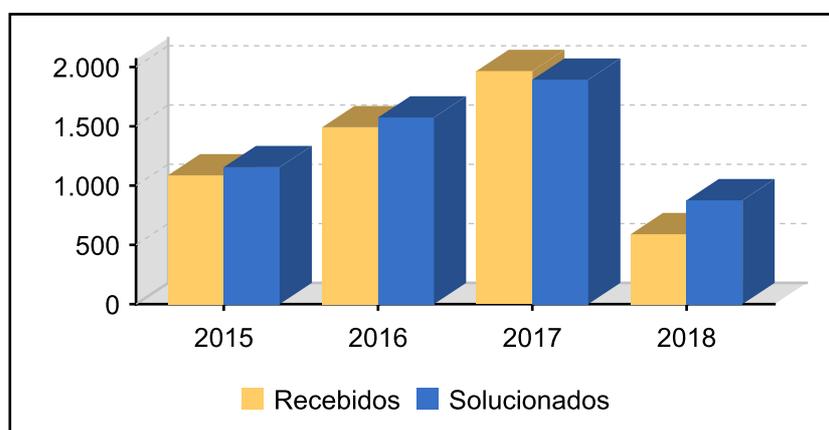
8.1 - Índice de conciliações [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.086	405	37,29
2016	1.492	583	39,08
2017	1.966	545	27,72
2018	590	332	56,27



8.2 - Índice de soluções [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.086	1.155	106,35
2016	1.492	1.574	105,50
2017	1.966	1.893	96,29
2018	590	876	148,47



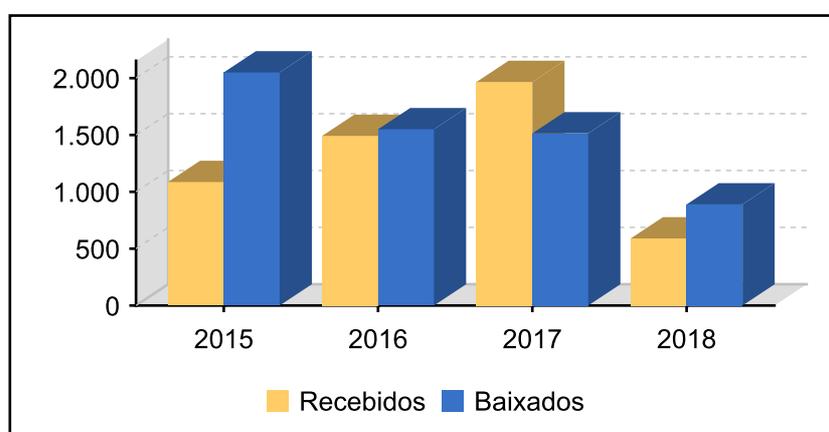


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

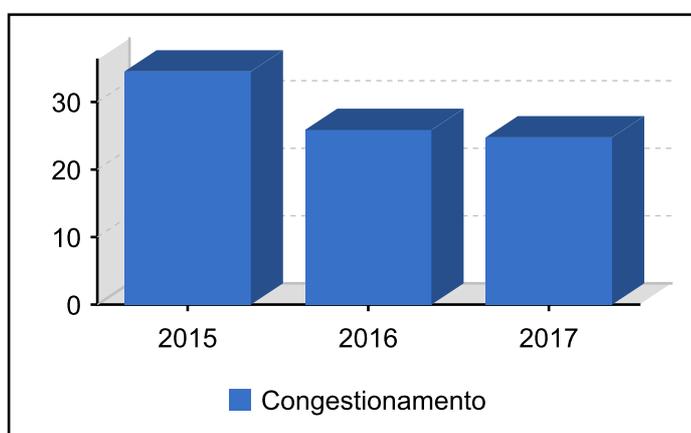
8.3 - Índice de baixas [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.086	2.050	188,77
2016	1.492	1.550	103,89
2017	1.966	1.514	77,01
2018	590	889	150,68



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	678	1.086	1.155	34,52
2016	631	1.492	1.574	25,86
2017	550	1.966	1.893	24,76





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	508	42,3	46,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	728	60,7	66,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.236	103,0	112,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	192	16,0	17,5
Incidentes Processuais Resolvidos	471	39,3	42,8
Dias-Juiz	330	27,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	21.061	60,5	44,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	23.338	67,1	48,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	44.399	127,6	92,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	5.902	17,0	12,3
Incidentes Processuais Resolvidos	14.961	43,0	31,3
Dias-Juiz	14.337	41,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

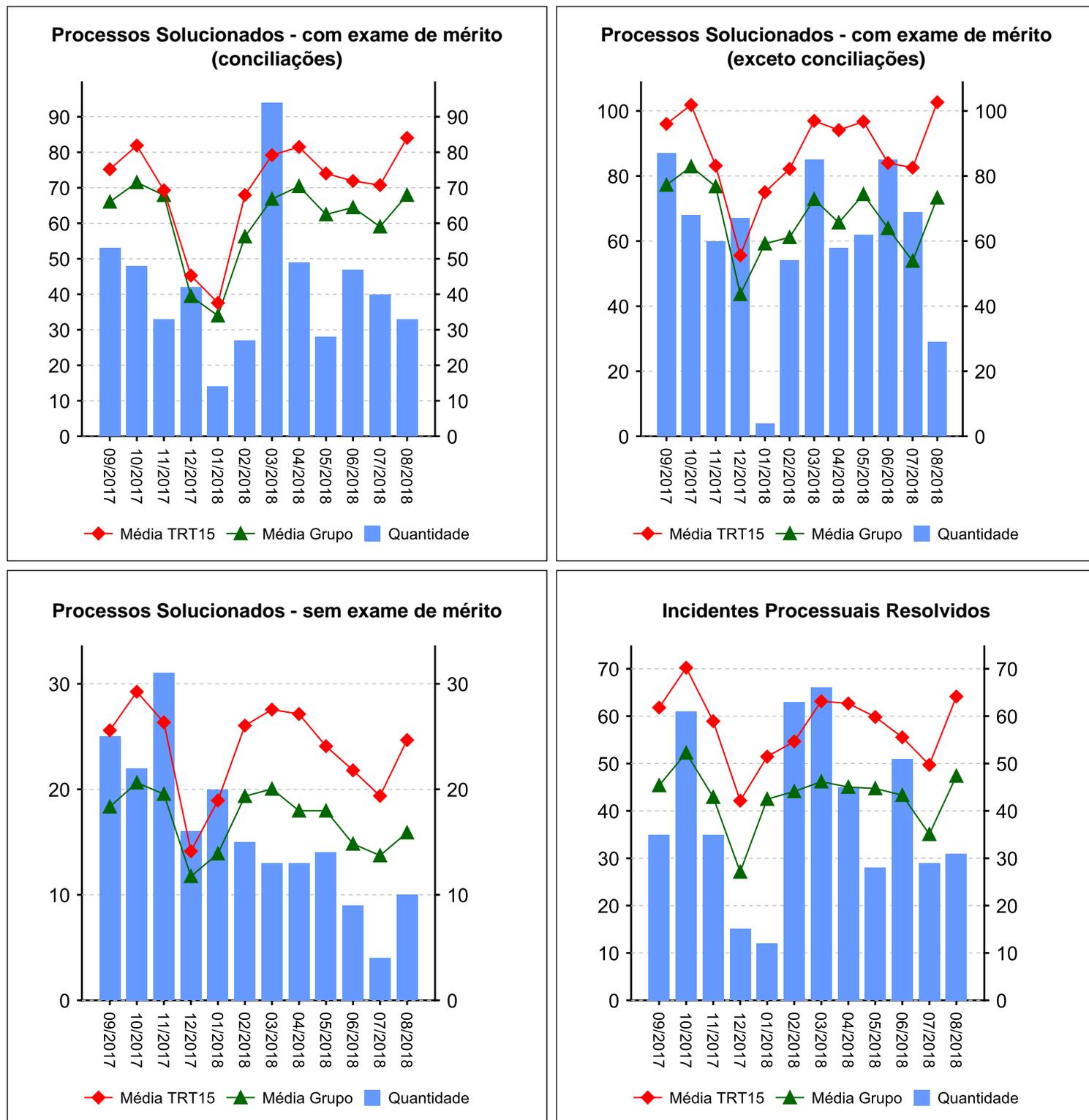
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.304	69,9	45,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	160.696	87,5	56,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	289.000	157,4	101,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	43.522	23,7	15,3
Incidentes Processuais Resolvidos	106.218	57,9	37,3
Dias-Juiz	85.481	46,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	370	30,8	33,6
Sessões de audiência realizadas - instrução	441	36,8	40,1
Sessões de audiência realizadas - una	553	46,1	50,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	86	7,2	7,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	96	8,0	8,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	994	82,8	90,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	182	15,2	16,5
Dias-Juiz	330	27,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	14.337	41,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.481	46,6	---

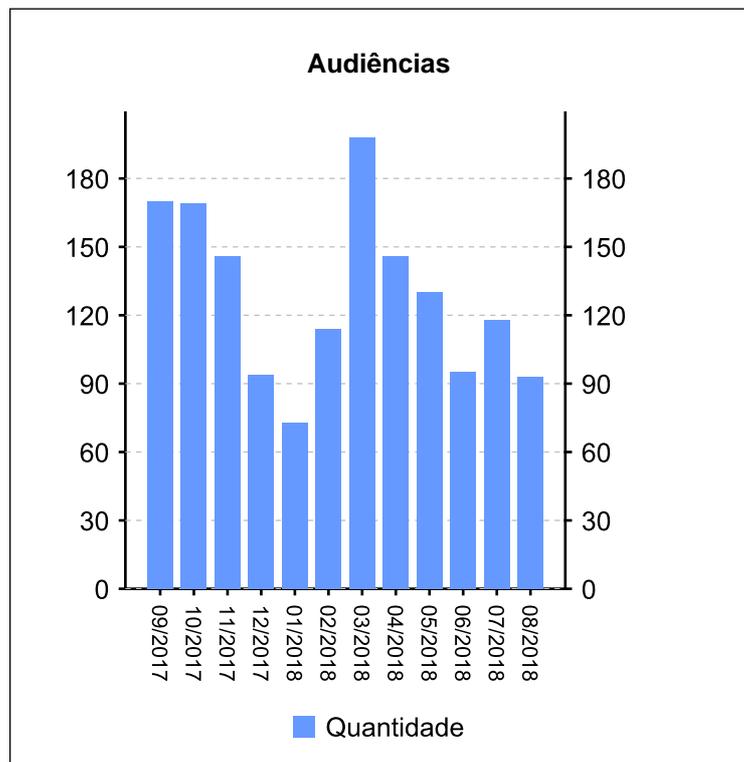


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

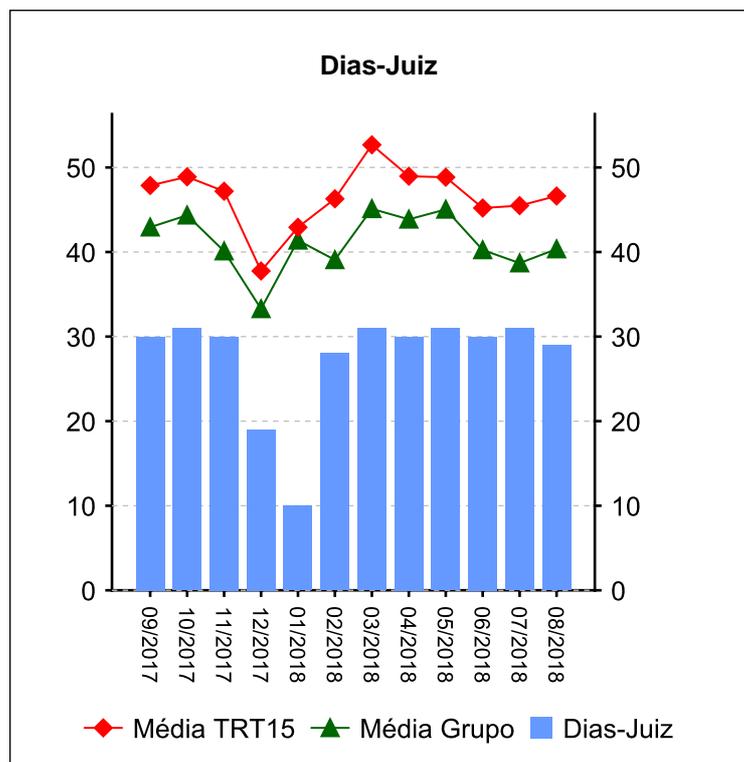
[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2017	0	13	50	51	56	170
10/2017	0	6	55	63	45	169
11/2017	1	7	39	69	30	146
12/2017	0	2	23	27	42	94
01/2018	3	0	26	14	30	73
02/2018	0	0	56	25	33	114
03/2018	54	11	29	35	69	198
04/2018	2	16	19	41	68	146
05/2018	26	25	12	31	36	130
06/2018	0	0	25	21	49	95
07/2018	0	15	24	39	40	118
08/2018	0	1	12	25	55	93
Total	86	96	370	441	553	1546



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2017	30
10/2017	31
11/2017	30
12/2017	19
01/2018	10
02/2018	28
03/2018	31
04/2018	30
05/2018	31
06/2018	30
07/2018	31
08/2018	29
Média Mensal	27,5



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [11/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	556	46,3	47,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.054	87,8	90,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.610	134,2	138,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	285	23,8	24,5
Incidentes Processuais Resolvidos	871	72,6	74,9
Dias-Juiz	349	29,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	22.049	63,4	44,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	24.411	70,1	49,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	46.460	133,5	94,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	7.082	20,4	14,4
Incidentes Processuais Resolvidos	16.540	47,5	33,5
Dias-Juiz	14.799	42,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.573	71,1	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	160.885	87,6	55,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	291.458	158,7	100,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.670	27,1	17,1
Incidentes Processuais Resolvidos	113.819	62,0	39,1
Dias-Juiz	87.245	47,5	---

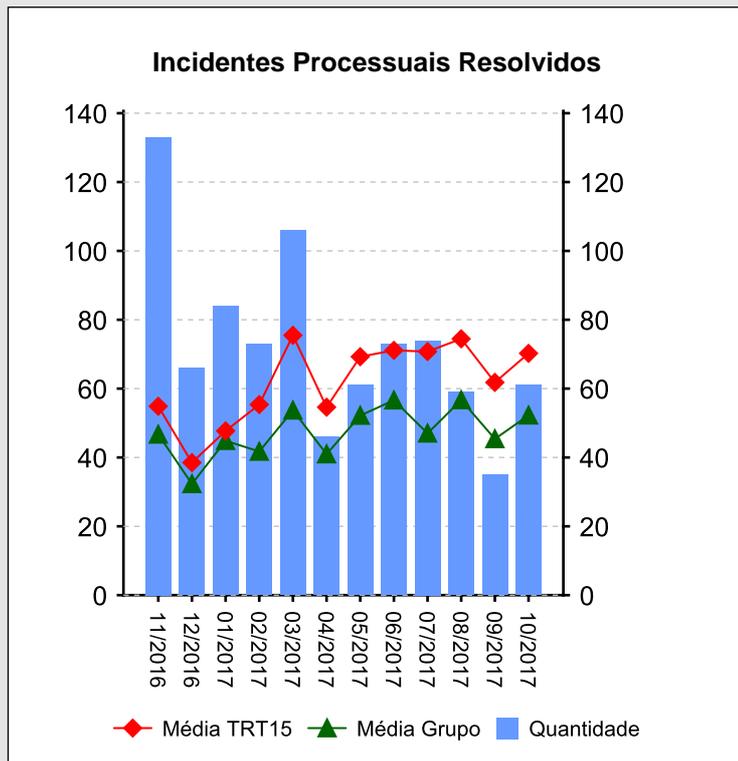
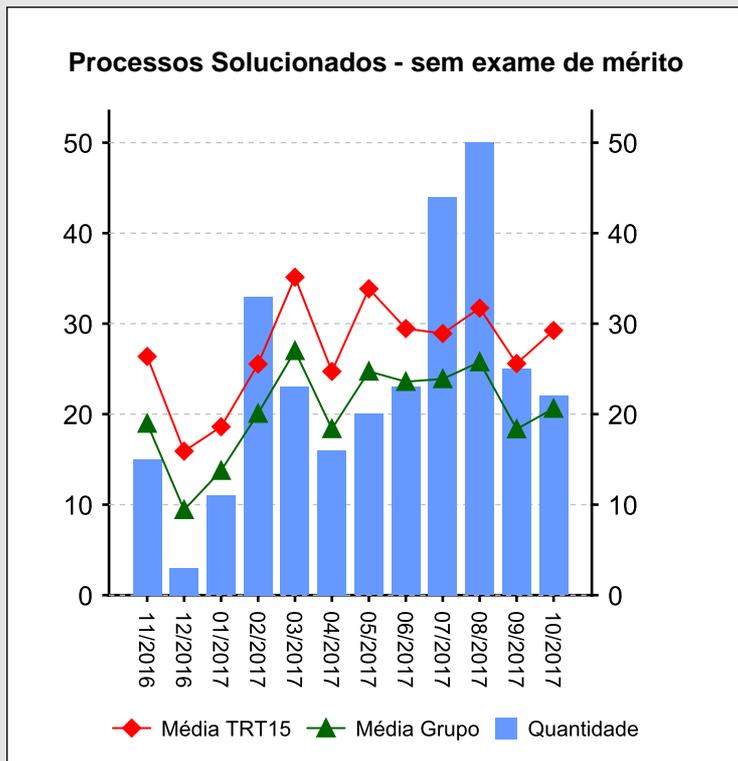
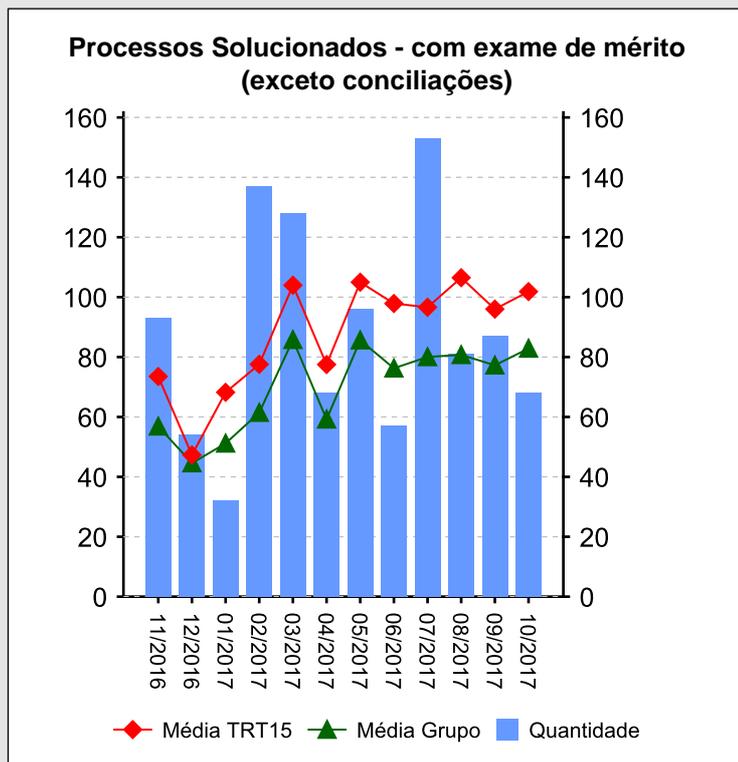
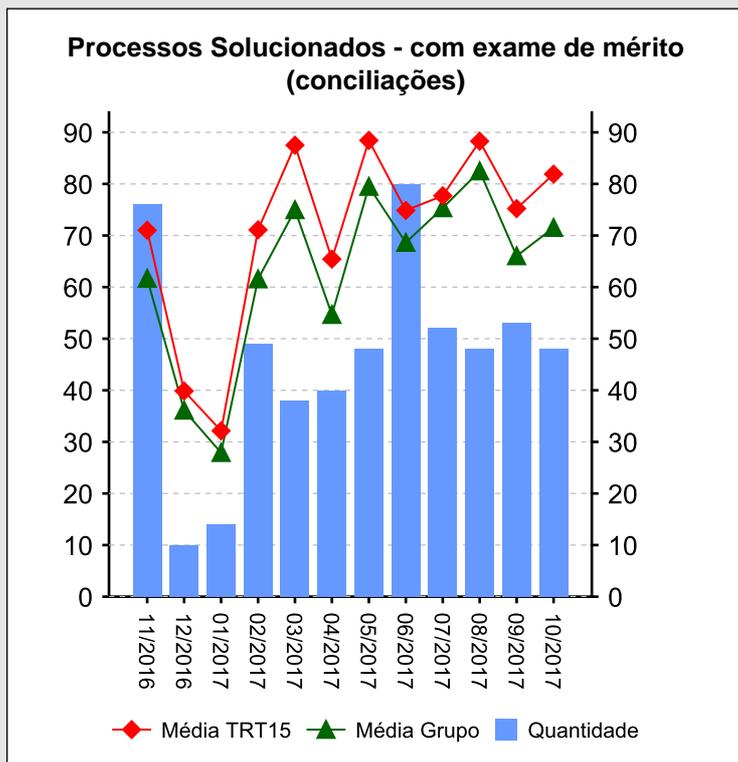
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [11/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [11/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	666	55,5	57,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	464	38,7	39,9
Sessões de audiência realizadas - una	584	48,7	50,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	36	3,0	3,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	111	9,3	9,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.048	87,3	90,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	147	12,3	12,6
Dias-Juiz	349	29,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	14.799	42,5	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.245	47,5	---



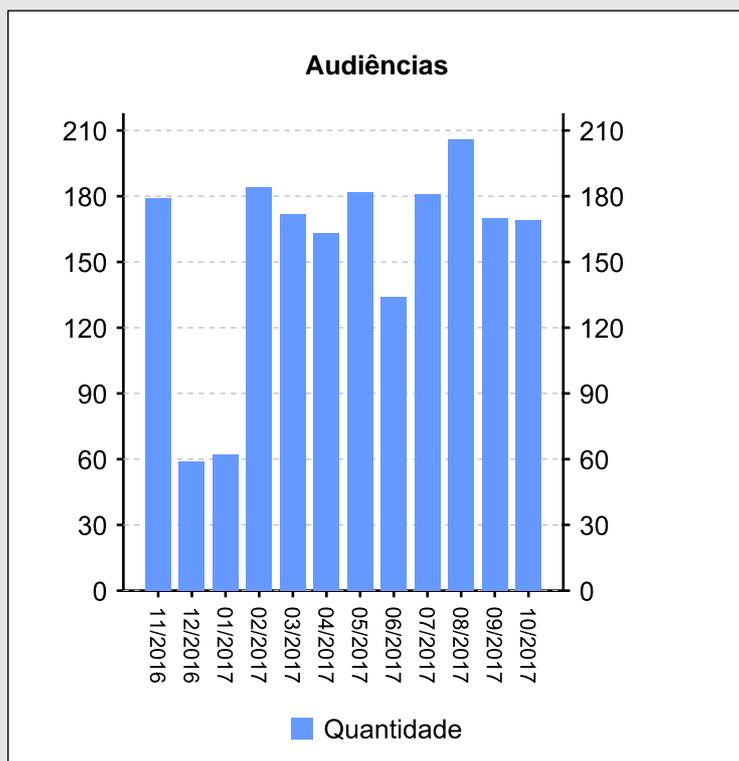
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

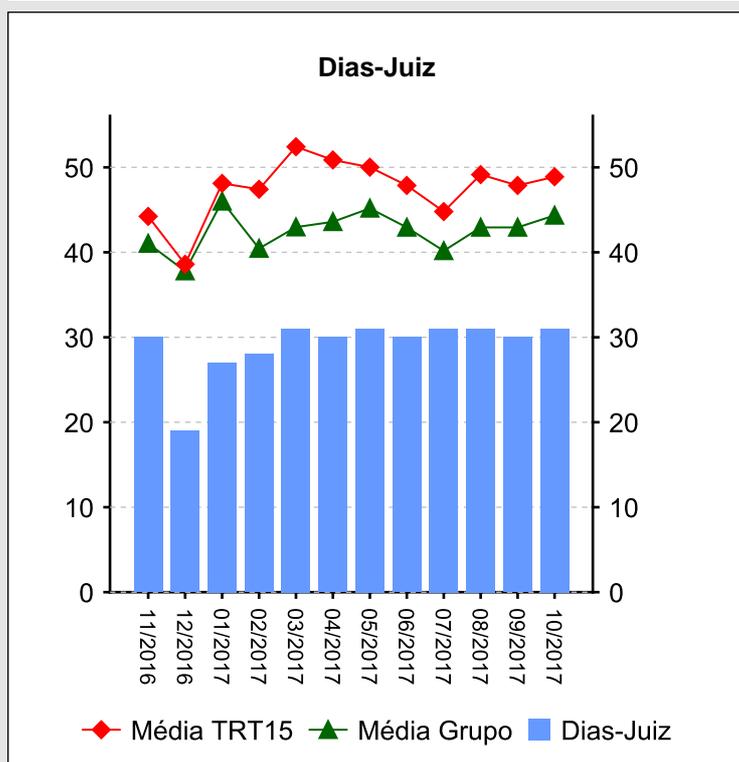
[11/2016 a 10/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
11/2016	10	7	52	56	54	179
12/2016	2	4	19	23	11	59
01/2017	0	0	32	17	13	62
02/2017	8	14	68	32	62	184
03/2017	7	11	86	37	31	172
04/2017	8	7	78	24	46	163
05/2017	0	12	109	22	39	182
06/2017	0	9	15	32	78	134
07/2017	0	18	38	48	77	181
08/2017	1	10	64	59	72	206
09/2017	0	13	50	51	56	170
10/2017	0	6	55	63	45	169
Total	36	111	666	464	584	1861



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
11/2016	30
12/2016	19
01/2017	27
02/2017	28
03/2017	31
04/2017	30
05/2017	31
06/2017	30
07/2017	31
08/2017	31
09/2017	30
10/2017	31
Média Mensal	29,1

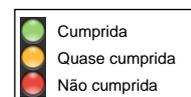
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

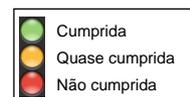
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1966	1893	1769	0	164	158	100 % 



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

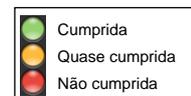
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1086	977	1072	0	158	22	14 % 	100 % 



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
679	776	611	0	57	65	100 % 





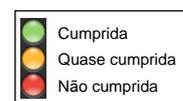
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

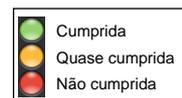
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
5	5	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
176	120	169	100 %





12 - ARRECAÇÃO [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 81.717,76	R\$ 81.169,57	R\$ 0,00	R\$ 1.637.251,70



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2013	1
2014	1
2015	1
2016	5
2017	73
2018	280



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
1.713	8	0	8	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 08 servidores (mais 02 Oficiais de Justiça) está dentro dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que também atuam na Unidade os assistentes de Juiz:

Maurício Notari Godoy – Assistente do Juiz Titular MAURO CÉSAR LUNA ROSSI
Camila Soares Salante – Assistente do Juiz Substituto LUCIANO BRISOLA

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 19/09/2018)

Não há.

PJe		SAP	
Data de corte:	19/08/2018	Data de corte:	19/08/2018
Saldo:	0	Saldo:	0
Data do mais antigo:	-	Data do mais antigo:	-
		Total:	-



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciários de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoe gestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados (o primeiro com dados até 12/2017, e o último até 06/2018) é possível verificar que a Vara do Trabalho de Capão Bonito teve melhora no índice Produtividade (de 0,7287 para 0,6886), não obstante tenha elevado sua criticidade nos indicadores Acervo (de 0,2380 para 0,3253), Celeridade (de 0,1619 para 0,1878), Taxa de Congestionamento (de 0,2294 para 0,2539) e Força de Trabalho (de 0,3437 para 0,3638).

Além disso, como registrado no item anterior, foi informada a inexistência de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por esses motivos, não se registra a necessidade de elaboração de plano de ação.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 19/09/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/prazo vencido (SAP1G):

Não há.



C) Diligências pendentes de cumprimento/prazo vencido (PJe):
Não há.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011657-23.2017.5.15.0123, 0011647-76.2017.5.15.0123 e 0000896-69.2013.5.15.0123;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010207-79.2016.5.15.0123, 0010207-79.2016.5.15.0123 e 0010295-83.2017.5.15.0123;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 25/09/2018, verificou-se a existência de 239 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010969-95.2016.5.15.0123, 0010969-95.2016.5.15.0123 e 0010658-75.2014.5.15.0123);

16.5 – designa audiências em três dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 96 no período de 09/2017 a 08/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente



liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 27,5 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (41,2).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 46,2 processos solucionados por meio de conciliações, superior à média de referido grupo (RARIA 44,1) e inferior ao período correicionado anterior (RARIA 47,8). Igualmente, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 66,2, superior à média do grupo, de 48,8 (RARIA) e inferior ao período correicionado anterior (RARIA de 90,6), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 112,4 (RARIA) na Unidade, superiores à média do grupo 92,9 (RARIA), no mesmo período mormente que inferiores ao RARIA de 138,4 apurado no período correicionado anterior.

Neste sentido ainda, observa-se que, conforme item 11 supra, as todas as Metas Nacionais de 2017 foram atingidas, consignando a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional seus elogios aos Juízes que atuaram na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 19/09/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	-	-	-
INICIAIS/ Sum:	-	-	-



UNAS/ Ord:	03/10/2018	-	14
UNAS/Sum:	03/10/2018	-	14
INSTRUÇÕES/Ord:	22/11/2018	-	64
INSTRUÇÕES/Sum:	10/10/2018	-	21
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada. Porém, também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						0
terça	manhã						0
	tarde	07	04	02	02		15
quarta	manhã						0
	tarde	07	04	02	02		15
quinta	manhã						0
	tarde			05			5
sexta	manhã						0
	tarde						0

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que o Magistrado permanece presente na Unidade nos dias de mediação. São designadas audiências de mediação uma vez por mês, cuja pauta inclui processos em fase de liquidação e execução e são realizadas pelo assistente de juiz.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem



como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 90,4 audiências unas e de instrução próximo ao resultado verificado no último período correicionado (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 136 dias, menor que o de seu grupo (268 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 76 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 156 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado no último período correicionado, esse prazo médio aumentou de 121 para 136 dias, não refletindo ainda redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente em 64 para as instruções e 64 para unas.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 117, quantidade menor que a média de seu grupo, demonstrando tendência de diminuição desde a o período correicionado anterior.

Por esses resultados, a Exma. Desembargadora Vice-corregedora Regional registra elogios pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

No entanto, pela melhora dos resultados, sugere-se análise da adoção das boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento, já sugerida na Correição anterior (2017).

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as



partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

A Corregedoria sugere que todos os feitos que aguardam encerramento da instrução – ainda que se aguarde a realização de prova pericial, por exemplo – sejam incluídos em pauta, nada obstante eventual entendimento do Juízo de que não é necessário a audiência para a produção de provas. Tal procedimento permite que o quadro de audiências instrutórias reflita a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo Juízo.

Sugere-se, ainda, a designação de audiência de mediação após a entrega do laudo pericial, já com eventuais impugnações e esclarecimentos, sem prejuízo da audiência de instrução já designada. Conciliados, a vaga da audiência de instrução pode ser ocupada por outro processo.

19 - CONSTATAÇÕES:

Preliminarmente informaram que, a partir deste ano, o Município de Iporanga passou a fazer parte da jurisdição de Registro.

A Unidade, atualmente, não conta com atuação de estagiários, tendo sido encerrados os contratos anteriores e que aguarda a finalização da tramitação para contratação de nova estagiária da área de Direito, pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Foram informados da possibilidade da contratação de mais quatro estagiários, por meio de convênio com os Municípios da jurisdição ou diretamente com instituições de ensino e sugeriu-se a contratação de estagiários da área de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas fases de liquidação e execução.

Atualmente a Unidade trabalha com 3% de seu acervo de processos físicos, atuando, praticamente, em uma única plataforma (PJe).

No que diz respeito aos processos da Meta 2 do CNJ, atualmente, encontram-se pendentes de solução 1 processo de 2013, 1 de 2014, 1 de 2015 e 5 de 2016, que entrarão na meta até dezembro/2018.

Verificou-se que o processo de 00710-46.2013 já se encontra julgado; o processo 0010554-83 com audiência de instrução designada para 22/11/2018; e o processo 0010416-82.2015 aguarda regularização da representação processual do polo ativo por motivo de interdição, e já teve realizada audiência de instrução.



Há, ainda, outros processos, do ano de 2016, como o processo 0011368-27.2016, em que foi expedida carta precatória inquiritória, com audiência de instrução realizada no Juízo Deprecado, há um ano e meio da data da distribuição da carta precatória.

Por outro lado, a Unidade ao receber carta precatória inquiritória dá prioridade na designação da audiência para oitiva de testemunhas.

No que diz respeito às cartas precatórias inquiritórias, foram orientados para a solução no prazo de 30 (trinta) dias. Nos casos de processo que dependem da devolução de cartas precatórias inquiritórias foram orientados a manter contato com o Diretor da Vara Deprecada, solicitando prioridade, principalmente quando se tratar de processos da Meta 2 do CNJ e se não resolvida que seja informada a Corregedoria para as providências, mesmo se tratando do Juízo deprecado de Unidade de outro Tribunal.

Constatou-se a existência de inconsistência nos lançamentos de valores pagos a título de acordo, execução e pagamento espontâneo. Salientou-se a importância desses lançamentos.

Não se verificou inconsistências nos lançamentos de valores arrecadados de custas, emolumentos, contribuições previdenciárias e imposto de renda, resultado de incidentes processuais e recursos.

Ressaltou-se que o cumprimento da Meta 5 do CNPJ “Impulsionar processos à execução”, fica prejudicada, principalmente por haver na Unidade grande número de processos em face de Órgãos Públicos, envolvendo pagamento de precatórios.

Constatou-se o ajuizamento de 59 ações do tipo Homologação de Transação Extrajudicial, desde a reforma da CLT, que são incluídos em pauta de audiências para ratificação pessoal do reclamante, perante o Magistrado, análise e homologação, se cumpridos os requisitos. Esclareceram que grande parte dessas ações referem-se a uma empresa que encerrou suas atividades.

Não se verificou na Unidade, também após a reforma da CLT, a distribuição ações do tipo Produção Antecipada de Provas, sendo certo se tratar esse tipo de ação de uma tendência nas Unidades da 15ª Região, para apresentação de documentos.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora elogiou os índices atingidos na Unidade e salientou a importância do acompanhamento por meio dos relatórios do e-Gestão, como forma de controle de resultados e regularização de eventuais inconsistências, bem como da busca de excelência, objetivando inclusive a melhoria dos prazos médios do Tribunal.

No que diz respeito aos processos que aguardam pagamento de precatório, esclareceu-se que a questão foi levada à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, e que se aguarda posicionamento daquele Órgão. Orientou-se para que até que haja



determinações expressas em sentido contrário, sejam mantidos na fase de execução os processos que aguardam pagamento de precatórios, não sendo lançado o arquivamento.

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, comparativamente aos índices apresentados na Correição anterior (2017), foi realizada reunião com o trio gerencial.

19.1 – Reunião com o Trio Gerencial

Verificou-se que a Unidade não tem observado o horário para a remessa de processos para o Segundo Grau, para análise e julgamento de recursos. Orientou-se para que a remessa observe as determinações da Portaria GP-VPJ-CR nº 7/2012 que estabelece que a remessa de recursos para a segunda Instância seja feita diariamente, caso necessário, no período das 9 às 18 horas.

Nos processos que dependem da produção de prova técnica, a perícia é marcada em audiência, com data da perícia e prazos prefixados. As partes e o perito se comunicam por e-mail, sendo o laudo anexado aos autos já com impugnação e esclarecimentos. Os honorários prévios, na concordância do pagamento pela parte, são depositados diretamente na conta-corrente do perito. A audiência de instrução já fica marcada no ato que designou a perícia.

Verificou-se a existência de processos com lançamento de início da liquidação, mas com a existência de recurso, assim como a existência de processos já em Instância Superior. Orientou-se para maior atenção no lançamento do início da liquidação, somente após o trânsito em julgado, a fim de não alongar indevidamente o prazo médio da liquidação.

Constatou-se, ainda a existência de processos com liquidação encerrada, porém com a liquidação ainda pendente no e-Gestão. Esclareceu-se que encerram a fase de liquidação: o lançamento de início da execução, a homologação dos cálculos, a homologação de acordo ou a redistribuição. Salientou-se que há “Check box” no Sistema AUD, para informação de acordo, devendo ser registrado “acordo pós-sentença”.

Para início da liquidação, em alguns casos, as partes são intimadas para, no prazo de oito dias, apresentarem cálculos de liquidação, dando-se vista à parte contrária dos cálculos apresentados. Em outros casos, é designada perícia contábil, sendo concedido o prazo do artigo § 2º do art. 879 da CLT para manifestação das partes antes da homologação dos cálculos. Na hipótese de liquidação envolvendo processos em face do Município de



Capão Bonito, por convenção, o reclamante é intimado para apresentação dos cálculos e após intimado o reclamado para impugnação.

Sugeriu-se, a critério do Magistrado, a adoção da alienação por iniciativa particular prevista no art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017. Informaram que foi adotado o procedimento em apenas um processo na Unidade, a pedido da parte. Esclareceram, ainda, que não há ocorrência de muitos processos para a hasta pública.

A Unidade conta com a atuação do servidor Maurício Notari Godoy, como mediador, capacitado pela Escola Judicial, realizando audiências de mediação às quintas-feiras, de processos na fase de liquidação e execução.

No que diz respeito à notificação por meio eletrônico, informaram que iniciaram a prática, como teste, para algumas empresas que informam o e-mail. Esclareceram que não houve concordância para o recebimento de intimações por e-mail pelo Município de Capão Bonito.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

20.2 – Considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 (alterada pela Portaria GP-VPJ-CR nº 01/2018) para melhor gestão da Unidade, recomenda-se que nenhuma das equipes tenha apenas um integrante, permitindo adequada continuidade das tarefas em caso de afastamento e necessidade de substituição;

20.3 – para o gerenciamento dos processos eletrônicos, utilizar relatório Sicond (extranet – menu “jurídico” - visualizar estatísticas, gerando arquivo para criar tabela dinâmica conforme roteiros disponíveis na Extranet – Orientações da Corregedoria);

20.4 – utilizar, além dos agrupadores, também filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

20.6 – atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.



21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar o parágrafo único, do inciso II, do parágrafo 2ª da Portaria GP-VPJ-CR nº 7, de 22 de agosto de 2012 que determina que a remessa de recursos para a segunda Instância deverá ser feita diariamente, caso necessária, no período das 9 às 18 horas;

21.3 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.4 – realizar a gestão por processo e não por petição, a qual deverá ser apreciada por ocasião da análise do processo, conforme preconiza a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 e suas alterações;

21.5 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.6 – utilizar regularmente a ferramenta SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 24/09/2018 e 26/09/2018, dentre os quais não se ensejam determinações.



23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de partes, advogados e terceiros para atendimento pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular MAURO CESAR LUNA ROSSI está autorizado a residir fora da jurisdição (PA 0032000-27.2009.5.15.0897).

24.2 – O Juiz Substituto LUCIANO BRISOLA está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000587-59.2010.5.15.0897).

24.3 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença e necessidade de cadastramento no SIMBA pelo Exmo. Juiz Substituto no auxílio fixo, bem como sobre os resultados da Unidade e incentivo à mediação.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor, com a ciência do Exmo. Juiz Titular, ou seu substituto, se o caso, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 2489/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 11 de outubro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.